

## A MÚSICA MILITAR EM PORTUGAL

*Pedro Alexandre M. Marquês de Sousa* (\*)

*Tenente-Coronel de Artilharia*

### RESUMO

A História Militar e a História da Música têm construído em comum, a História da Música Militar registando a evolução da função e da organização dessa forma de Música no seio da instituição militar. Na Idade Moderna, para além do seu efeito psicológico já usado na antiguidade e na idade média, a música passou a assumir uma verdadeira função operacional, com os toques de Tambor e Trombetas na coordenação dos movimentos táticos e na rotina da vida disciplinada dos quartéis. Com a Revolução Francesa, o relacionamento do Exército com a sociedade civil vai trazer a música militar dos salões da corte e dos quartéis para o povo nos espaços ao ar livre e um novo tipo de reportório vai servir o entusiasmo e a afirmação dos ideais liberais. No século XIX, o desenvolvimento técnico da Revolução Industrial vai permitir um grande desenvolvimento dos instrumentos de sopro e dar origem ao modelo de Banda de Música que hoje conhecemos. Em Portugal e nas suas antigas colónias, a organização e o dispositivo territorial do exército, serviu muito o desenvolvimento cultural de muitas regiões, onde os únicos agrupamentos musicais existentes eram as Bandas dos Regimentos e onde os músicos militares, foram os professores, maestros e fundadores das Sociedades Filarmónicas junto da sociedade civil.

**Palavras-Chave:** Música militar, Banda de música, Fanfarra, Banda Sinfónica.

---

(\*) Professor das disciplinas de unidades curriculares de História de Portugal, História Militar I e História Económica e Social na Academia Militar; História das Relações Ibero-americanas (do Mestrado em História, Defesa e Relações Internacionais). Membro efectivo do Centro de Investigação da Academia Militar - CINAMIL.

## INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade que a música é uma das actividades próprias da instituição militar, evoluindo desde o simples efeito psicológico, até ao seu carácter funcional e operacional até à dimensão artística. Nas diversas obras de História Militar e de História da Música, não encontramos habitualmente qualquer referência à música militar, num injusto esquecimento que é ainda mais sentido em Portugal, onde a história da música não deve esquecer o papel que as bandas militares e os músicos militares desempenharam ao serviço desta arte.

Procuramos assim compreender como evoluiu a organização dos agrupamentos musicais na instituição militar em Portugal e nas suas antigas colónias, que funções desempenhou a música feita por militares e de que forma os músicos militares assumiram uma grande importância no panorama cultural português, ligados ao Conservatório, aos Teatros, às Orquestras sinfónicas e ligeiras e também nas Sociedades Filarmónicas das cidades, vilas e aldeias, onde constituíram importantes agentes de cultura.

Na transição da idade média para a idade moderna, a designada época da "*Arte da Guerra*" quando a bravura deu lugar à inteligência e o aparecimento das armas de fogo revolucionou a tática, recorreu-se à música, não apenas pelo seu efeito psicológico, mas também para desempenhar um papel verdadeiramente operacional na coordenação de movimentos e tarefas operacionais.

No século XVIII, o desenvolvimento das técnicas e das táticas militares e a necessidade de uma maior exigência técnica das tropas, foi acompanhada por uma grande aposta na organização do exército, numa tendência que vai influenciar também a forma de organização e a função dos agrupamentos musicais no seio da instituição militar, cuja actividade vai ultrapassar o ambiente militar e estabelecer um contacto permanente com a sociedade civil, no desenvolvimento da sua "*escola de instrumentos de sopro*" que foi marcante na música clássica e religiosa e no desenvolvimento das bandas filarmónicas junto da sociedade civil. A evolução da organização militar, os modelos de serviço militar e o dispositivo territorial adoptados em Portugal e nas Colónias, proporcionaram uma ligação muito estreita entre a instituição militar e a sociedade e, nesta relação, a música militar desempenhou um papel muito importante, no desenvolvimento cultural da sociedade e também pela oportunidade de carreira que proporcionava aos jovens músicos.

## DO EFEITO PSICOLÓGICO À FUNÇÃO OPERACIONAL DA MÚSICA MILITAR

A Música Militar feita fundamentalmente com instrumentos de sopro, de percussão e através de canções guerreiras, com a sua função primitiva de incitar à coragem e aterrorizar o inimigo nas batalhas, encontra as suas origens na Antiguidade. Na idade média no espírito militar medieval da Cavalaria, a música passa a estar presente também nas cerimónias solenes e nos cortejos, mas será na Europa da idade Moderna que a "Arte da Guerra" vai recorrer à música para, além do seu efeito psicológico, assumir uma função verdadeiramente operacional na coordenação dos movimentos, na execução de tarefas em campanha e na rotina disciplinada da vida nos quartéis. Nos séculos XVI e XVII, o Terço era o escalão fundamental da organização militar e na sua organização já existiam Trombetas nas forças de Cavalaria e Tambores para marcarem a cadência de marcha e transmitirem ordens às tropas. Como testemunham várias fontes iconográficas e outros documentos, os Terços mobilizados por D. Sebastião em 1578 para o Norte de África e os Terços na guerra da Restauração (1641-1668) em Portugal e no Brasil, dispunham de Tambores e Trombetas.

Com o aparecimento das armas de fogo e o conseqüente desenvolvimento das técnicas e táticas, a simples bravura deu lugar também à inteligência e os exércitos passaram a ter necessidade de recorrer a técnicos cada vez mais especializados, como os Artilheiros e Engenheiros militares que tal como os músicos não tinham a condição de militares, mas serviam o exército como especialistas contratados, numa condição especial, que no caso dos músicos se manteve durante muitos anos.

Durante o século XVIII, a célebre escola militar francesa generalizou na Infantaria, a tática da *ordem linear* usando a *marcha cadenciada* pelos tambores, para coordenar a aproximação e os disparos das sucessivas fileiras de mosquetes, enquanto a Cavalaria actuava nos flancos da Infantaria à ordem dos toques de guerra das suas trombetas. No cerimonial militar e nos deslocamentos, as tropas apeadas contavam também com os pífaros que, tal como os tambores, estavam integrados organicamente no escalão mais baixo dos Regimentos, as Companhias.

A tática da Infantaria de Linha, recorria à música militar para assegurar a difícil tarefa de coordenar os movimentos e as acções, das extensas fileiras de atiradores, que tinham que fazer a marcha de aproximação e os sucessivos disparos, de forma coordenada ao som da cadência do tambor, ao mesmo tempo que as ordens verbais para fazer fogo, atacar, retirar, entre outros dos comandantes de

Companhia, eram reproduzidas através de sinais sonoros pré estabelecidos, interpretados pelos Corneteiros<sup>1</sup>, que eram inseparáveis dos seus comandantes.



**Figura 1** - *Tambor de Infantaria e Clarim de Cavalaria do Exército de Portugal do século XVIII.*

Os ruídos dos disparos da Artilharia e das armas ligeiras, no ambiente confuso dos combates não permitiam que as ordens verbais fossem escutadas pelas enormes frentes de combate, pelo que os sinais sonoros dos Corneteiros (na Infantaria) e dos Clarins (na Cavalaria) eram necessários para transmitirem as ordens dos comandantes. Esta função verdadeiramente operacional da música militar, teve início na segunda metade do século XVII, quando a escola militar francesa adoptou na Infantaria de Linha, a marcha cadenciada, introduzida pelo Ministro da Guerra, Michel Tellier, Marquês de Louvois. Na transição do século XVIII para o século XIX, mesmo com a advento da Infantaria Ligeira, que actuava mais dispersa, abandonando as formações compactas da Infantaria de linha, os Corneteiros e as Trompas dos Caçadores, eram imprescindíveis para transmitirem as ordens dos Comandantes.

---

<sup>1</sup> Na Infantaria existiam os Corneteiros e na Cavalaria e na Artilharia existiam os Clarins, segundo um critério que perdurou até muito recentemente. As unidades de tropa apeada de Infantaria, Engenharia, Adm. Militar etc; usavam Corneteiros e as unidades que usavam cavalos como a Artilharia e a Cavalaria tinham Clarins.



**Figura 2** - Regulamentação dos Toques de Guerra para Clarins de Cavalaria do Exército Português (1797).



**Figura 3** - Toques usados pela Infantaria Portuguesa (século XIX).

Esta dimensão operacional, manteve-se até à primeira Guerra Mundial, quando o aparecimento dos meios de comunicação e as alterações tácticas, prescindiram da música como forma de comunicação.

### A EVOLUÇÃO DA MÚSICA MILITAR COMO ARTE

Em Portugal a organização militar de D. João V, denotando uma forte influência francesa e a organização militar do Conde de Lippe em 1762-64 sob a influência da escola da Prússia, estabeleceram uma forte presença da música militar na orgânica dos Regimentos do Exército e na Armada real, onde além dos tambores, pífaros e trombetas, passaram a existir agrupamentos musicais mais completos, integrando oboés, fagotes, trompas, clarins etc, com a finalidade de conferirem mais solenidade às cerimónias e proporcionarem momentos culturais, de lazer e bem estar aos militares.



**Figura 4** - Gravura do século XVIII ilustrando um agrupamento musical de um Regimento

O elevado interesse das monarquias absolutistas pela boa organização dos seus exércitos levou a que também a música, de carácter mais sofisticado e com mais qualidade, fosse incorporada nas fileiras para abrilhantar as cerimónias e elevar a moral das tropas. A introdução dos instrumentos de percussão (Bombo, Pratos e Caixa), vai originar o nascimento de Bandas de Música e do seu género musical característico, as Marchas Militares, com os diversos instrumentos de sopro (oboés, fagotes, trompas naturais, clarins e serpentão) no ambiente militar e na estética do Absolutismo.

Mas a grande divulgação e desenvolvimento da música militar, vai acontecer já na idade contemporânea com o entusiasmo da Revolução Francesa, que leva o modelo de organização e também o repertório da música militar da França, a ser difundido por toda a Europa. Já no século XIX, no século de ouro das Bandas, a revolução social operada pelo Liberalismo, com a democratização da instrução pública e da cultura, a música militar estabeleceu uma estreita relação com a sociedade civil, através das frequentes actuações públicas realizadas pelas Bandas Regimentais, que além de fazerem a divulgação das obras dos mais prestigiados compositores, eram também escolas de formação e a oportunidade de uma carreira profissional para os músicos.

Durante a primeira metade do século XIX, os progressos técnicos registados ao nível da construção dos instrumentos de sopro, com a criação das válvulas (pistons) nos instrumentos de metal e as chaves nos instrumentos de madeira, vai determinar uma nova fase na organização e desenvolvimento da música militar, assistindo-se, em todos os países, a um aumento do número de músicos, a uma grande variedade de instrumental e à criação das primeiras escolas militares de música. Em Portugal e no Brasil as bandas militares durante o século XIX vão registar uma continua evolução ao nível do número de músicos e na diversidade de instrumentos. No exército português, o decreto de 20 de Agosto de 1802 estabelecia uma orgânica de 11 músicos para cada Regimento ( 1 Flautim, 3 Clarinetes, 1 Fagote, 1 Clarim, 2 Trompas, 1 Caixa de rufo, 1 Bombo e Pratos) e depois da reorganização militar de 1808, as "músicas" como era designadas as bandas, passam a ser constituídas pelo mestre e oito músicos e existem nos 25 Regimentos de Infantaria, nos 6 Batalhões de Caçadores e nos 4 Regimentos de Artilharia. No Brasil estava destacada a banda da Brigada Real de Marinha desde 1808, que acompanhou a transferência da corte para o Brasil e em 1810 foram criadas no Rio de Janeiro três novas bandas, nos dois Regimentos de Infantaria e no Regimento de Artilharia da Corte.

Na metrópole, depois de 1816 as bandas passam a ser constituídas por um mestre e 16 músicos, deixam de existir nos Regimentos de Artilharia e passaram

a existir apenas nos Regimentos de Infantaria, nos Batalhões de Caçadores e na Guarda Real de Polícia.

No Brasil a Divisão de Voluntários Reais do Príncipe, enviada da metrópole para o Brasil em 1816, (em face dos conflitos junto da fronteira com a Argentina) era composta por duas Brigadas e cada Brigada tinha 2 mestres e 16 músicos. Em 1817 a Divisão Auxiliadora, enviada da metrópole para o Brasil (em face da Revolução Pernambucana) era constituída por dois Batalhões de Infantaria e por um Batalhão de Caçadores e já depois de estarem no Brasil foram criadas bandas de música em cada um destes Batalhões, constituídas por 1 Mestre e 16 Músicos, orgânica que se vai manter no Brasil, mesmo após a independência em 1822 e que só foi alterada na década de 1880 quando as Bandas militares do Brasil passaram a dispor de 1 mestre e vinte músicos.

Na segunda metade do século XIX existiam em Portugal, cerca de 40 Bandas Militares: a Banda do Batalhão Naval, as diversas Bandas do Exército e as Bandas da Guarda Municipal de Lisboa e do Porto. Quando em 1834 foi criada a Guarda Municipal de Lisboa, alguns músicos da extinta Guarda Real de Polícia transitaram para a Guarda Municipal e assim foi criada oficialmente a Banda da Guarda Municipal, pelo decreto de 4 de Janeiro de 1838 de D. Maria II. A Guarda Municipal de Lisboa era uma força de ordem pública que após a instauração da República deu origem à Guarda Nacional Republicana.

As Bandas do Exército, sofreram uma evolução que acompanhou as tendências que se registavam no estrangeiro, aumentando progressivamente o seu quadro orgânico:

- Em 1864 eram constituídas por um Mestre e 20 músicos;
- Em 1872 eram constituídas por um Mestre e 26 músicos;

No final do século XIX e início do século XX, foram implementadas importantes reformas na organização da música militar. Através da reorganização do Exército estabelecida pelo Rei D. Carlos em 1899<sup>2</sup>, passaram a existir Bandas de música nos 27 Regimentos de Infantaria e nos 4 Regimentos de Caçadores e foi definido, pela primeira vez, que a função de maestro da Banda correspondia à categoria de oficial, tendo sido estabelecido para o Mestre o posto de Alferes e para o Contra Mestre o posto de Sargento Ajudante, mantendo-se para os músicos de 1.<sup>a</sup> classe, o posto de 1.<sup>o</sup> Sargento e para os de 2.<sup>a</sup> Classe o posto de 2.<sup>o</sup> Sargento. Os músicos de 3.<sup>a</sup> classe passaram a ter o posto de 1.<sup>o</sup> Cabo, os aprendizes o posto de Soldado.

---

<sup>2</sup> Ordem do Exército n.º 9 de 11 Setembro de 1899 p. 298.



**Figura 5** - Banda de música do Regimento de Caçadores n.º 7 - Valença (1887).

Em 1869 a reorganização das forças militares das províncias ultramarinas, reduziu as forças coloniais mas manteve quatro Bandas militares no ultramar constituídas por 20 músicos <sup>3</sup>:

- a Banda do Batalhão de Caçadores n.º 3 em Angola;
- a Banda do Batalhão de Caçadores n.º 1 em Moçambique;
- a Banda da Guarda Municipal de Nova Goa;
- a Banda do Batalhão de Macau.

Após a conferência de Berlim, Portugal vai reforçar a presença militar no ultramar <sup>4</sup> e neste esforço de aumentar o dispositivo militar nas colónias vão ser criadas mais Bandas Militares através da reorganização de 1901<sup>5</sup> que estabelecia que nas colónias passavam a existir 9 Bandas Militares do Exército, constituídas por um Mestre e 26 músicos, classificadas segundo dois tipos:

- Banda de Música Europeia;
- Banda de Música Indígena.

<sup>3</sup> Decreto de 2 de Dezembro de 1869.

<sup>4</sup> Decreto de 16 de Agosto de 1895.

<sup>5</sup> Ordem do Exército (1.ª série) n.º 17 de 21 Nov 1901 p 440.

A Banda Europeia era constituída maioritariamente por músicos Europeus, que eram destacados para as colónias e a Banda Indígena era constituída na totalidade por músicos nativos nas colónias, com excepção do Mestre da Banda <sup>6</sup>.

	<b>Bandas de Música</b>
<b>Angola</b>	3 Bandas Música Europeia
<b>Moçambique</b>	2 Bandas Música Europeia
<b>Cabo Verde</b>	1 Banda de Música Indígena
<b>S.Tomé</b>	1 Banda de Música Indígena
<b>Índia</b>	1 Banda de Música Indígena
<b>Macau</b>	1 Banda de Música Indígena



**Figura 6** - Banda Militar de S. Tomé (início do século XX).

Na música militar, como nas outras formas de música, a evolução na organização e a possibilidade de interpretação de repertório cada vez mais complexo, foi o resultado das inovações verificadas ao nível do instrumental, cujo desenvolvimento deu origem no final do século XIX a dois tipos de agrupamentos e de repertório no âmbito da música militar: um tipo de agrupamento que assumia a designação de fanfara, destinado a participar exclusivamente no cerimonial e nas actividades militares e um outro tipo de agrupamento musical com maior variedade de instrumentos e

<sup>6</sup> A legislação admitia que também o Mestre da Banda pudesse ser Indígena ( OE n.º 17 1901 p. 414) numa curiosa excepção, tendo em consideração que nos restantes quadros de Oficiais tal não seria possível.

mais qualidade artística, designado por Banda de música, que além de participar no cerimonial militar também podia realizar concertos e outras actuações no meio civil.

Na transição do século XIX para o século XX, os sinais sonoros dos Corneteiros e Clarins, deixaram de cumprir a sua função operacional, de transmissão das ordens tácticas e passaram a assegurar os toques de ordenança, para regular a vida diária dos Quartéis com os toques de Alvorada, formaturas, refeições, Recolher, hora do Silêncio etc; começando também a constituírem agrupamentos designados de Ternos (formado por 3 elementos)<sup>7</sup> ou Fanfarras com percussão e vários executantes de Clarim ou Corneta.

Durante a 1.ª Guerra Mundial no seio das forças militares mobilizadas para França também foram destacados músicos militares que integraram a Banda Militar do Corpo Expedicionário Português. Além da participação em cerimónias militares, os músicos foram empenhados em actividades recreativas de ocupação de tempos livres, contribuindo para a moral das tropas na área da retaguarda. Após o Armistício, no âmbito das comemorações da vitória, a Banda militar portuguesa deu um concerto em Paris em Maio de 1919. Após o Armistício assinado em 11 de Novembro de 1818, os vários exércitos desmobilizaram ficando apenas com os designados "Destacamentos de Representação" para as Festas da vitória em Bruxelas e em Paris, que tiveram lugar durante os primeiros meses de 1919.



**Figura 7** - Banda do CEP (Corpo Expedicionário Português) em França 1917.

<sup>7</sup> Os Ternos de Clarins ou Corneteiros, são um pequeno agrupamento de três executantes de instrumentos iguais e sem percussão (caixas e bombo).

Foi também durante a 1.ª Guerra Mundial em França que foi criada a Banda do Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, que foi formada informalmente em 1918 em plena Guerra, com militares desta unidade que eram músicos na vida civil, orientados pelo então Contra-Mestre de Clarins, Pedro de Freitas<sup>8</sup>, músico filarmónico do Algarve que além da criação desta Banda, deu um importante contributo na história das Bandas de música em Portugal.

Com o fim da Monarquia em 5 de Outubro de 1910, a Guarda Municipal foi extinta dando origem à Guarda Republicana, que em 1911 passou a ser designada de Guarda Nacional Republicana (GNR)<sup>9</sup> e que tinha duas Bandas de Música, uma em Lisboa e outra no Porto. A Banda da Guarda em Lisboa foi a primeira e a única em Portugal durante muitos anos, a ter a orgânica de Banda Sinfónica com mais de uma centena de músicos e com instrumentos de corda (Violoncelos e Contra-baixos).

Na GNR tal como no Exército, os Corneteiros estavam colocados nos Batalhões de Infantaria e os Clarins no Regimento de Cavalaria, assegurando as funções do serviço diário (Toques de Alvorada, Formaturas, Refeições, Recolher) e as cerimónias militares. No final da década de 1940 foram organizadas três Fanfarras, designadas formalmente por Bandas de Corneteiros/Clarins nas seguintes unidades<sup>10</sup>:

- nos Batalhões n.º 1 e n.º 2: Bandas de Corneteiros;
- no Regimento de Cavalaria: Banda de Clarins.

A Fanfarras de Clarins do Regimento de Cavalaria da GNR, formada oficialmente em 1949 terá sido criada em 1942 como Fanfarras apeada e mais tarde deu origem à actual Charanga a Cavalos da GNR, um dos mais emblemáticos agrupamentos musicais militares portugueses, conhecido internacionalmente por tocar a galope, distinguindo-se das suas congéneres que tocam normalmente a trote<sup>11</sup>.

Em 1925 foi criada a Banda de música e de Corneteiros do Corpo de Segurança Pública, com base nos elementos daquela corporação que eram músicos na vida civil. Em 1927, a Polícia Cívica de Lisboa toma a designação de Polícia de Segurança

---

<sup>8</sup> Pedro de Freitas foi o autor da História da Música Popular em Portugal (1946) que constitui a única obra editada em Portugal sobre Bandas Filarmónicas.

<sup>9</sup> Ordem do Exército n.º 10 (1.ª série) de 1911, p. 545.

<sup>10</sup> Na ordem Geral da GNR n.º 11 de 1953, foi publicado uma referência elogiosa às três Bandas de Corneteiros e Clarins, pela sua actuação no Concurso Hípico Internacional de Lisboa.

<sup>11</sup> O Galope é o andamento do cavalo mais rápido do que o Trote, o que dificulta a execução musical do cavaleiro.

Pública com o seu dispositivo em Lisboa e no Porto, passando a dispor de uma Banda em Lisboa e mais tarde também uma pequena Banda no Porto, ambas com carácter não oficial, constituídas por músicos amadores que exerciam a actividade musical em acumulação com as suas funções policiais.

Após a Revolução de 28 de Maio de 1926, o regime militar e depois o Estado Novo, influenciaram a evolução da organização da música militar, o seu reportório e a interligação entre a instituição militar e a sociedade.

No final da década de 1920-30, existiam 32 Bandas no Exército, orgânicas dos 22 Regimentos de Infantaria, do Regimento de Sapadores de Caminhos de Ferro (em Lisboa no Quartel de Campo de Ourique) e dos Batalhões de Caçadores. Mas esta quantidade de Bandas de Música do Exército, acabou por ser considerado um problema orçamental, que motivou em 1937 uma profunda redução da quantidade de Bandas. Em 1937 a nova Lei Orgânica do Exército <sup>12</sup> reduziu a quantidade de Bandas de 32 para 8 e na redacção do próprio Decreto Lei pode-se constatar como o governo de então considerou exagerados os gastos que o Exército realizava com as suas Bandas Militares:

*"O País gasta presentemente com as bandas militares cerca de 8.000 contos anuais, ou seja pouco mais ou menos aquilo que ainda há bem pouco tempo gastava com as suas forças aéreas, por mais extraordinário que isso pareça. [...] Como os meios de que a nação dispõe não são elásticos, a manutenção de tal estado de coisas somente se poderia admitir com manifesto prejuízo do regular desenvolvimento ou da simples manutenção de serviços militares de real interesse para a defesa nacional, e por isso as 32 bandas militares actualmente existentes são reduzidas a 8. Localizadas nas sedes das regiões militares ou dos comandos militares, melhorada sensivelmente a composição de todas elas, poderão ainda as bandas que são mantidas constituir apreciáveis elementos de expansão de cultura musical."* <sup>13</sup>

Na comunidade dos músicos militares, que não gostaram desta medida, ficou célebre a expressão para justificar esta medida: *"Mais Canhões e menos Trombones"*

---

<sup>12</sup> Dec lei 28/401 de 31Dezembro 1937 publicado na OE n.º 12 de 31Dec1937.

<sup>13</sup> Ordem do Exército n.º 12 de 31de Dezembro de 1937, p. 797.

Assim após 1937, as 8 Bandas do Exército ficaram localizadas nas seguintes unidades:

- duas Bandas de 1.<sup>a</sup> Classe em Lisboa (Reg Inf.<sup>a</sup> n.º 1 e no Batalhão de Caçadores n.º 5)
- uma Banda de 1.<sup>a</sup> Classe no Reg. Infantaria n.º 6 no Porto;
- uma Banda de 2.<sup>a</sup> classe em Coimbra no Reg Infantaria n.º 12;
- uma Banda de 2.<sup>a</sup> classe em Tomar, no Reg Infantaria n.º 15;
- uma Banda de 2.<sup>a</sup> classe em Évora, no Reg de Infantaria n.º 16;
- uma Banda de 3.<sup>a</sup> classe na Madeira no Batalhão de Infantaria n.º 19;
- uma Banda de 3.<sup>a</sup> classe nos Açores, no Batalhão de infantaria n.º 18.

Embora não tivesse existência formal, a Banda da EPI (Escola Prática de Infantaria) em Mafra que fora criada em 1934, continuou a existir com uma orgânica de Banda de 3.<sup>a</sup> classe, tal como foi oficializada em 1959.



**Figura 8** - Banda militar da Madeira (Batalhão de Infantaria 19 - Funchal).

A organização da música militar também reflectiu a politica do Estado Novo em relação à sociedade e à instituição militar. Em 1954 o Ministro da Defesa, Santos Costa, decidiu dotar as unidades militares de fanfarras de Corneteiros e Clarins, *procurando "[...] imprimir um modelo mais marcial [...] para revigoreamento*

*do espírito de disciplina e de corpo, como também para que na população civil em geral se fomentasse o espírito militar e o prestígio da força armada[...]*<sup>14</sup>.

Foram assim criadas mais de 80 fanfarras em unidades da Metrópole, 6 fanfarras na Força Aérea e 28 nas Colónias (12 em Angola, 13 em Moçambique, 2 na Índia e uma em Macau). No Exército em 1959 foram criadas oficialmente <sup>15</sup> nas unidades da metrópole, 72 Fanfarras nas diferentes unidades de Infantaria, Artilharia, Cavalaria, Engenharia, Serviço de Administração Militar, no Serviço de Saúde, na Escola de Oficiais do Exército, no Colégio Militar e no Instituto dos Pupilos do Exército. Passaram assim a existir 26 Fanfarras de Corneteiros, 10 Fanfarras de Trompas e 36 Fanfarras de Clarins.



**Figura 9** - Uma Fanfarra de Clarins num Festival Desportivo no Porto.

Em 1952 foi criada a Força Aérea como ramo independente das Forças Armadas e cinco anos depois começou a ser formada a Banda da Força Aérea na dependência da Secretaria de Estado da Aeronáutica e que foi constituída inicialmente por músicos recrutados nas Bandas do Exército e na Banda da Polícia de Segurança Pública. Logo no início da década de 1960, afirmando o seu espírito de modernidade, o mais recente ramo das Forças Armadas criou também uma Orquestra Ligeira, que foi a primeira a surgir no âmbito da música militar em Portugal.

<sup>14</sup> Memoradum de 31 de Agosto de 1961 do próprio Santos Costa. - Caixa 771 fundo 6 AHM.

<sup>15</sup> Definida na ordem do Exército n.º 1 (1.ª Série) de 1959.



**Figura 10** - A Banda da Força Aérea em 1973.

Na Guarda Fiscal foi também criada em 1958, uma Fanfarras de Corneteiros que mais tarde em 1967 deu origem à Banda de música da Guarda Fiscal. A Banda de música da Guarda Fiscal criada em 1967, era constituída por 32 militares que tinham formação musical como músicos amadores e que além da música desempenhavam outras funções na Guarda Fiscal. Em 1985 a Banda de música foi reorganizada passando a dispor de músicos profissionais (militares exclusivamente ligados à música) e foi também criada oficialmente uma Orquestra Ligeira <sup>16</sup>.

O período da Guerra em África, foi também para os músicos do exército um período bastante marcante. Nas unidades da metrópole onde existiam Bandas de música, a necessidade de pessoal, originou o empenhamento dos músicos em tarefas administrativas (Secção de Justiça, Logística, etc;) com prejuízo da actividade musical (ensaios, estudo individual etc;).

Por outro lado em África surgiram novas oportunidades na carreira dos músicos militares, pois o quadro das Bandas militares foi aumentado e muitos jovens músicos militares foram voluntariamente para Angola e Moçambique integrar as Bandas militares e também aproveitar outras oportunidades no meio civil, como as orquestras de teatro e variedades, conjuntos de baile etc;

Na década de sessenta existiam em Angola duas Bandas militares, uma Banda em Luanda no Regimento de Infantaria de Luanda , constituída por cerca de 45

---

<sup>16</sup> Portaria n.º 279/85 de 11 de Maio.

músicos europeus (oriundos da metrópole) com uma orgânica semelhante às Bandas de 2.<sup>a</sup> Classe da metrópole e outra Banda em Nova Lisboa (no Regimento de Infantaria) que era constituída por músicos negros, dirigidos por um Sargento músico europeu.

Em Moçambique existia em Lourenço Marques uma Banda no Batalhão de Caçadores n.º 18, com constituição semelhante à Banda de Luanda. Tal como acontecia na metrópole, os músicos destas Bandas do ultramar, também desempenhavam funções administrativas e logísticas, em acumulação com a sua actividade musical que era desenvolvida no âmbito militar (cerimónias militares) e junto da sociedade civil, através de concertos e outros eventos. O ambiente de guerra, influenciou também o repertório da música militar e o cerimonial militar, como testemunha a criação do toque de "homenagem aos militares mortos em defesa da pátria", que foi oficializado em 1963<sup>17</sup> para ser interpretado por Cornetas ou Clarins. Durante os 13 anos de Guerra (1961-1974) um dos serviços mais frequentes das Bandas e Fanfarras do exército da metrópole, era a despedida e o embarque das unidades militares mobilizadas para África, que constituíam momentos de grande emoção, nos quais a música militar participava activamente nos diversos quartéis e no porto de Lisboa, onde as bandas da guarnição de Lisboa marcavam presença constantemente.



**Figura 11** - Banda militar de Moçambique (Lourenço Marques) 1968 .

<sup>17</sup> Portaria de 28 Janeiro de 1963 do Secretariado Geral da Defesa Nacional, publicada na OE n.º 4 (1.<sup>a</sup> série) de 1963.

## OS MÚSICOS MILITARES E A SOCIEDADE CIVIL

No espírito do liberalismo, vencedor após a guerra civil (1834) surgem no seio da sociedade civil, as Bandas de musica das Sociedades Filarmónicas e de outras associações recreativas, que desempenharam um importante papel cultural e social nas aldeias, nas vilas e nas cidades, onde estas instituições funcionavam também como escolas de música numa relação muito próxima com os músicos militares. A maior parte dos maestros das bandas civis eram músicos militares e quase todos iniciavam a sua vida musical nas bandas civis de onde saíram grandes nomes da música, principalmente os executantes de instrumentos de sopro que constituíam a área artística dominada pelos músicos militares. Além deste contacto com as bandas de música civis, os músicos militares participavam na música religiosa, na música clássica e nas orquestras dos teatros. No Brasil e em África no final do século XIX são muitos os músicos militares ou ex militares, cujo nome ficou ligado à criação e divulgação dos géneros musicais da música popular, como o choro e o samba no Brasil, as mornas de Cabo Verde etc;

O protagonismo dos músicos militares e das Bandas militares em Portugal no final do século XIX e inicio do século XX, é confirmado pelo facto de terem sido as Bandas militares da Armada e da GNR que realizaram, respectivamente em 1903 e em 1904, as primeiras gravações em disco feitas em Portugal.

No final do século XIX, os músicos militares portugueses, na sua especialidade de instrumentos de sopro, estavam envolvidos nas várias actividades da vida musical do país, nas Bandas militares, no Conservatório, nos Teatros e também nas Sociedades Filarmónicas (Bandas Civis). Segundo a opinião de Maria José Borges <sup>18</sup>, um dos aspectos mais salientes, da influência que as Bandas Militares exerceram na cultura musical portuguesa, foi o aparecimento e o desenvolvimento das Bandas Filarmónicas que contribuíram para que Portugal tenha ainda hoje, muito melhores instrumentistas de sopro do que de cordas.

Seguindo uma tradição do século XIX, as Bandas militares realizavam concertos públicos, com grande frequência, nos jardins públicos nas cidades e nas localidades onde existiam Bandas militares. Durante décadas, na metrópole e no ultramar, os Domingos à tarde eram animados pelos concertos das bandas militares nos tradicionais coretos dos jardins públicos das principais localidades. No ambiente social do

---

<sup>18</sup> Nova Historia de Portugal, Vol X - Portugal e a Regeneração (1851-1900) Direcção de Joel Serrão e Oliveira Marques, Editorial Presença, Lisboa 2004 p. 409.

"Estado Novo", as festividades religiosas eram também um dos serviços habituais das Bandas e Fanfarras militares, principalmente as do exército dispersas por todo o país. A tradicional procissão de Nossa Senhora da Saúde realizada anualmente na cidade de Lisboa, continua a ser um acontecimento onde se encontram todas as Bandas militares e das Forças de Segurança, desfilando briosamente ao som de marchas graves<sup>19</sup>, solenemente interpretadas com a qualidade e o timbre próprio daqueles agrupamentos musicais.



**Figura 12** - A Banda do RI 15 em Tomar na década de 1960-70.

## APÓS O 25 DE ABRIL DE 1974

O ambiente social e cultural vivido em Portugal após a revolução de 25 de Abril de 1974, também se reflectiu na atitude e no repertório das Bandas de música, principalmente nas do Exército e na Banda da Armada, os ramos das Forças Armadas que tiveram maior protagonismo na revolução.

Abandonando a tradicional atitude formal da disciplina militar, as Bandas militares adoptaram um repertório mais ligeiro, até com arranjos das canções revolucionárias e participaram nas designadas "Campanhas de Dinamização Cultural" percorrendo o interior de Portugal em acções de divulgação da cultura, acompanhadas de trabalhos em prol das populações (obras públicas de saneamento, abastecimento de água, electricidade etc;).

<sup>19</sup> Marchas de procissão, com andamento muito mais lento do que as marchas próprias para marchar (120 p.p.m) em desfile normal.

Nos anos de 1974 e 1975 cada uma das Bandas Militares realizou nas regiões da província, uma média superior a 20 concertos por ano. A Banda da GNR realizou em 1975 cerca de 15 concertos em diversas localidades fora de Lisboa e a Banda da Armada efectuou no ano de 1977 mais de 40 concertos de norte a sul de Portugal. Desta época destacam-se entre outros, os discos gravados pela Banda da Armada e pela Banda do Batalhão de Caçadores n.º 5 (Exército) nos quais ficaram gravados alguns dos temas mais emblemáticos, como a "Grândola Vila Morena".



**Figura 13** - Capa do Disco gravado pela Banda do BCaÇ n.º 5.

Em 1979 foi estabelecida uma nova reorganização da música militar no exército, considerando a necessidade de modificar a organização então em vigor, que era ainda a organização de 1937<sup>20</sup> com algumas alterações introduzidas em 1959.

Assim, foi decretado pelo Conselho da Revolução em Maio de 1977<sup>21</sup> a criação de uma Orquestra Ligeira do Exército, duas (2) Bandas de tipo A, seis (6)

<sup>20</sup> Decreto Lei n.º 28401 de 31 Dezembro de 1937.

<sup>21</sup> Decreto Lei n.º 133/79 de 17 de Maio.

Bandas do tipo B e 6 Fanfarras. As 8 Bandas de música, ficaram assim classificadas e localizadas nas seguintes unidades:

Duas (2) Bandas tipo A:

- RIQ (Regimento de Infantaria de Queluz)<sup>22</sup>;
- RIP (Regimento de infantaria do Porto).

Seis (6) Bandas tipo B:

- QG/RMC (Quartel General da Região Militar do Centro) em Coimbra;
- QG/RMS (Quartel General da Região Militar do Sul) em Évora;
- RIT (Regimento de Infantaria de Tomar);
- RIPD (Regimento de Infantaria de Ponta Delgada) nos Açores;
- RIFc (Regimento de Infantaria do Funchal) na Madeira;
- EPI (Escola Prática de Infantaria) em Mafra.

As 6 Fanfarras do Exército, (3 Fanfarras de Cornetas e 3 de Clarins) ficaram distribuídas em cada uma das quatro Regiões Militares do continente e nas duas Zonas Militares dos dois Arquipélagos (Açores e Madeira)<sup>23</sup>:

- Na Região Militar do Norte: Uma (1) Fanfarra de clarins no Porto;
- Na Região Militar do Centro: Uma (1) Fanfarra de clarins no Campo militar de St.<sup>a</sup> Margarida;
- Na Região Militar de Lisboa: Uma (1) Fanfarra de clarins no RALIS (Reg Art.<sup>a</sup> de Lisboa);
- Na Região Militar do Sul : Uma (1) Fanfarra de cornetas no Reg. Inf<sup>ª</sup> em Beja;
- Na Zona Militar dos Açores: Uma (1) Fanfarra de cornetas no Reg. Inf<sup>ª</sup> de Angra do Heroísmo;
- Na Zona Militar da Madeira: Uma (1) Fanfarra de cornetas no Reg. Inf<sup>ª</sup> do Funchal.

A década de 1980-90 foi um período de intensa actividade das Bandas militares junto da sociedade civil, com actuações em diversas ocasiões, ao ar livre ou nas salas dos CineTeatros das cidades e vilas do continente e nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, divulgando a arte da música e prestigiando a instituição militar.

---

<sup>22</sup> Após a extinção do Reg. de Artilharia Antiaérea Fixa em Queluz e a extinção do RegInf.<sup>a</sup> 1 na Amadora, foi criado em Queluz, o Regimento de Infantaria de Queluz, onde ficou aquartelada a única Banda do Exército da guarnição de Lisboa, após a fusão da Banda de Inf.<sup>a</sup> 1 (Amadora) e da Banda do BatCaçadores 5 (Campolide-Lisboa).

<sup>23</sup> Portaria 391/81 de 14 Maio (OE n.º 5 1.<sup>a</sup> série de 1981).

Durante a década de 1980 as Bandas Militares e das Forças de Segurança, realizavam todos os anos em Lisboa, um ciclo de concertos no teatro da Trindade, numa iniciativa do INATEL que constituía uma saudável competição entre as Bandas de música, numa época em que todas as Bandas elevaram o seu nível artístico, adoptando orgânicas mais completas, aproximando-se da actual orgânica de Bandas Sinfónicas.

Nesta época o desenvolvimento cultural da sociedade e a melhoria do sistema de ensino, também se reflectiu no nível cultural e musical dos músicos militares, que passaram a ter formação musical e académica de nível superior.



**Figura 14** - *A Banda da Armada em 1985.*



**Figura 15** - *A Banda da Guarda Nacional Republicana*

Relativamente aos restantes ramos das Forças Armadas e às forças de segurança (GNR e PSP) a organização musical do Exército tinha características distintas, pelo facto de dispor de várias Bandas, mas nenhuma delas ter uma organização tão completa como as suas congéneres da Armada, da Força Aérea, da GNR e da PSP, cada uma com mais de cem músicos. Sentido a necessidade de dispor também de uma Banda representativa do Exército, com pessoal que pudesse garantir mais permanência e que estivesse exclusivamente envolvido na actividade musical, foi em 1985 iniciado o processo formal para a criação de uma Banda do Exército, além das outras existentes nas Regiões e Zonas Militares. A sua oficialização só aconteceu em 1988 mas logo em 1985 um despacho do então Chefe de Estado Maior do Exército, General Firmino Miguel, procurava alcançar essa condição:

*"Considerando que é de todo o interesse que a Banda do Exército tenha um elevado nível militar e artístico, a fim de representar condignamente o Ramo [...] Considerando que a coordenação e formação dos seus elementos só poderão ser obtidas pelo muito treino e espírito de corpo determino:*

*[...] Que os Oficiais e Sargentos da Banda do Exército fiquem inamovíveis por um período de 3 (três) anos, prorrogáveis por períodos anuais [...]*

*Que o pessoal músico da banda do Exército desempenhe funções exclusivamente técnicas, não sendo nomeado para quaisquer escalas de serviço estranhas às actividades da Banda."*<sup>24</sup>

Este mesmo princípio foi igualmente aplicado ao pessoal músico da Orquestra Ligeira do Exército, através de outro Despacho do CEME <sup>25</sup>, com o mesmo objectivo de garantir a permanência dos músicos e o seu envolvimento exclusivamente nas actividades musicais <sup>26</sup>.

Durante a década de 1990-2000 todas as cinco principais Bandas de música (Armada, Exército, Força Aérea, GNR e PSP) apresentavam uma organização de Banda Sinfónica, dispondo de instrumentos de corda (violoncelos e contrabaixos) constituídas por mais de uma centena de músicos de grande qualidade, muitos

<sup>24</sup> Despacho do CEME n.º 99/87 de 1 Julho.

<sup>25</sup> Despacho do CEME 136/87 de 20 Outubro.

<sup>26</sup> Os músicos do Exército, desempenhavam serviços de escala diária nas unidades, (Sargento de Dia, Cabo de Dia etc;).

com formação musical ao nível do ensino superior, que tal como no passado, encontram nas Bandas militares a única oportunidade de seguirem a carreira de músico profissional.



**Figura 16** - *A Banda de música da PSP na Gulbenkian.*

O facto de em Portugal não existirem suficientes oportunidades de carreira para os jovens músicos, dá origem a que muitos dos melhores instrumentistas, principalmente de sopro e de percussão, procurem ingressar nas Bandas militares para seguirem uma carreira profissional, possibilitando que as nossas Bandas, relativamente às suas congéneres estrangeiras, se afirmem com grande qualidade.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### 1. Fontes Manuscritas

#### *Arquivo Histórico Militar*

#### **3.<sup>a</sup> Divisão / 28.<sup>a</sup> Secção:**

- Caixa 2/51 - Projecto de Regulamento de Música para os Corpos de Linha e de Milícias.
- Caixa 2/58 - Escola dos Trombetas de Cavalaria 18Fev1809.
- Caixa 2/63 - 22 Novembro 1815 (2 mapas) Músicos dos Regimentos de Inf.<sup>a</sup> e BCaç e despesas fardamentos e vencimentos. Mapas dos Músicos que têm os 24 Regimentos de Infantaria, A Guarda Real de Policia e os 12 Batalhões de Caçadores.
- Caixa 2/69 - Criação e regulamento da Banda de Música que se deve ter em cada um dos Batalhões de Infantaria 11 e 15 e de Caçadores n.º 3. 11 Dezembro 1817 - Palácio Rio Janeiro.
- Caixa 2/73 - 1 de Novembro 1824 Aviso para os Comandantes dos Corpos do Exército remetam à Secretaria de estado da Guerra as relações dos músicos..
- Caixas: 2/74, 2/75 e 2/76 - Relações dos músicos que tinham contrato ou praça de soldado.

#### *Partituras de Música*

#### **3.<sup>a</sup> Divisão/28.<sup>a</sup> Secção**

- Caixa 2/38 - Estampas dos Toques de Cornetas e Clarins do Regimento de Beresford.
- Caixa 2/39 - Toques de Estado e Guerra de Clarins e Thimbales para o serviço da Cavalaria Ligeira dos mandamentos regulares.
- Caixa 2/40 - Toques de Guerra Concernentes aos Clarins dos Regimentos de Cavalaria em 1797.
- Caixa 2/41 - Toques do Quartel que se fazem com Clarim.  
Toques de Campo que se fazem com a Corneta.

## **2.<sup>a</sup> Divisão/1.<sup>a</sup> Secção:**

Divisão dos Voluntários Reais do Príncipe.

- Caixas 9/53 e 56/15 - Relação da fardas e instrumentos musicais distribuídos á Divisão dos Voluntários do Príncipe e as verbas necessárias para pagamento ao músicos desta Divisão.

Decreto de 24 de Novembro de 1707 (Organização militar de D.João V).

## ***Arquivo Geral da Marinha***

- Caixas 75 e 82 (6-VII-4-4 Doc 116 e Doc 118) - Sobre a Brigada Real da Marinha
- Caixa 77 - Regulamento de 15 Outubro 1807 sobre a existência de tambores e pífaros nas guarnições dos navios da Armada Real. Documentos manuscritos n.º 386 e 257 da caixa 77 - Mapas de pessoal datados de 30 Abril e 30 Setembro 1808 a bordo dos navios da armada real.
- Caixas 455, 457 e 1064.
- Caixas 1343 1344 - Uniformes..
  - Decreto de 14 de Dezembro de 1782- Criação da Companhia de Guarda Marinhas.
  - Decreto de 14 Julho 1788 - Alteração da organização da Companhia de Guarda Marinhas.

## **Biblioteca Nacional:**

### ***Manuscrito:***

Cod 2407 Maneio da cavallaria escrito pello Conde Galeaço Gualdo Priorato; Com annotaçoes do Dom João Mascarenhas Conde de Sabugal do Cons[elh]o de guerra d'El Rey Dom Affonço 6.º.

### ***Secção de Música:***

*Hymno Patriótico* da nação Portuguesa a Sua Alteza real o príncipe Regente. Marcos Portugal (1 partitura Biblioteca Nacional) Cota c.i.c 77 A.

Arquivo pessoal de João Gomes da Silva (1671-1738) 4.º Conde de Tarouca. Cartas com Diogo de Mendonça Corte Real.

***Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa***

Legislação Portuguesa 35, n.º 43: Aviso de 3 Junho de 1813.

***Escola de Música do Rio de Janeiro.***

*Hino para a Feliz aclamação de SMF o Senhor D. João VI* da autoria de Marcos Portugal.

Documento manuscrito de 5 de Abril de 1817.

***Museu Histórico Nacional - Rio de Janeiro:***

Partitura da Missa Festiva de Marcos Portugal (1810).

Partitura do Guarani de Carlos Gomes.

Ofício de 10 Abril 1848 de Francisco de Paula Vieira de Azevedo: Mapa do estado efectivo da companhia de Menores do Arsenal de Guerra.

**2. Fontes Impressas e Legislação**

***Arquivo Histórico Militar***

*Signopsis Cronológica da Antiga Legislação Militar Portuguesa*, compilação do Tenente-General Manuel Martin Pamplona.

Boletim do AHM 62.º volume, 1997.

Boletim do AHM 13.º volume.

Collecção das Ordens do Dia do Exército Português do século XIX, Lisboa.

Collecção das Ordens do Exército do Século XIX, Imprensa Nacional, Lisboa.

Ordens do Exército do século XX.

***Almanaque do Exército***

Arquivo Geral da Marinha.

Noções da legislação Naval Portuguesa até ao ano de 1820, do Almirante José Maria Dantas Pereira de Andrade.

***Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)***

Boletins Oficiais das províncias de Angola, Moçambique, Macau, Guiné e S. Tomé.

***Arquivo Histórico do Exército Brasileiro (Rio de Janeiro)***

Collecções das Ordens do Dia do Exército Brasileiro do século XIX.

Collecções das Decisões do Governo do Império do Brasil do século XIX.

Caixa n.º I.4.:

**Biblioteca Nacional Lisboa**

***Secção Monografia Geral***

LEMOS, João Brito de, Abecedario Militar, 2 vols, Imp Pedro Craesbuck, Lisboa, 1631.

COELHO, Bento Gomes, Milícia Prática e Manejo da Infantaria, 2 Tomos, Antonio de Sousa da Silva, Lisboa, 1740.

COUTINHO, André de Ribeiro, O Capitão de Infantaria Portuguez, Regia Officina Sylviana e Academia Real, Lisboa, 1751.

Collecção de Legislação Portuguesa da Coll. do Cons. Trigoso.

**3. Fontes Iconográficas**

***Arquivo Histórico Militar***

Collecção de gravuras do Coronel Ribeiro Artur.

Álbuns de gravuras n.º 18683 e n.º 18684.

Uniformes do Exército Brasileiro, Ministério da Guerra, RJ, 1922.

Mapa das Cores dos uniformes Militares do Ultramar no século XVIII.

Álbum fotográfico do CAVE.

***Museu Nacional dos Coches (Lisboa)***

Fotografia da Trombeta da Banda Real de D. João V.

**4. Periódicos e Revistas**

Periódicos: *Gazeta do Rio de Janeiro dos anos* de 1808, 1811, 1817, 1818.

*O Mundo Artístico Lisboa* do ano de 1883.

*O Mundo Musical Lisboa* do ano de 1893.

## 5. Bibliografia Específica

- ALMEIDA, Renato (1948). *Compêndio de Historia de Música Brasileira*. F. Briguiet & Cia. Rio de Janeiro.
- ANDRÉ, Corvisier (1995). *Dictionaire d'Art et d'Histoire Militaires*, Paris.
- ANDRADE, Ayres de (1967). *Francisco Manuel da Silva e seu Tempo*, 2 volumes, R.J. Ed. Tempo Brasileiro.
- ANDRADE, Mário de (1929). *Compêndio de Historia da Música*. Chiarato. São Paulo.
- ANDRADE, Mário de (1962). *Ensaio Sobre a Música Brasileira*. Martins. São Paulo.
- AZEVEDO, Luis Heitor Correia de (1956). *150 Anos de Música no Brasil - 1800-1950*, RJ, Livraria José Olympio, RJ.
- BAINES, Anthony (1976). *Brass Instruments, Their History and Development*, Londres.
- BRANCO, João de Freitas Branco (2005). *História da Música Portuguesa*, Biblioteca da História, 4.<sup>a</sup> Edição, Lisboa.
- BRITO, Manuel Carlos de (1989). *Estudos de História da Música em Portugal*, Editorial Estampa, Lisboa.
- BRITO, Manuel Carlos; CRANMER, David (1990). *Crónicas da Vida Musical Portuguesa na Primeira Metade do Século XIX*, Imprensa Nacional, Lisboa.
- CORVISIER, André (1995). *Musique Militaire in Dictionaire d'Art et d'Histoire Militaires*, Paris.
- CUTILEIRO, Alberto (1977). *Alguns Subsídios para a História da banda da Armada*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha.
- FRANÇA, Eurico Nogueira (1957). *Música no Brasil: Fatos Figuras e Obras*, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro.
- FREITAS BRANCO, João de (1995). *História da Música Portuguesa*, Mem Martins, Publicações Europa-América, (III Edição).
- FREITAS, Pedro (1946). *História da Música Popular em Portugal*, Ed do autor, Lisboa.
- FUNCKEN, Fred (1969). *L'Uniforme et les Armes des Soldats du Premier Empire*, Vol 1 e Vol 2. Casterman, Belgique.

- GRAÇA, Fernando Lopes (1944). A música portuguesa e os seus problemas, vol 1, Porto, Edições Lopes e Silva, Lisboa.
- GROVE, (1994). Dicionário de música, Rio de Janeiro, Edição Concisa Jorge Zahar.
- HEITOR, Luiz, 150 Anos de Música no Brasil, 1800-1950
- HENRIQUE, Luís L. (2004). Instrumentos Musicais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 4.ª Edição.
- JOAQUIM, Manuel (1937). A Música Militar através dos tempos, Arte Musical, Lisboa.
- KASTNER, Georges (1848). Manuel General de Musique Militaire à L'usage des Armées Françaises, Typ Didot Frères, Paris.
- LAPA, Albino (1941). Subsídios para a Historia das Bandas Militares Portuguesas, Lisboa, Ed Revista Alma Nacional.
- MARIZ, Vasco (1977). História da Música no Brasil; A canção brasileira. Rio Janeiro, Civilização Brasileira/INL, Rio de Janeiro.
- MEIRA, António Gonçalves; SCHIRMER, Pedro (2000). A Música Militar & Bandas Militares, origem e desenvolvimento, Ombro a Ombro, RJ.
- NERY, Rui Vieira, CASTRO, Paulo Ferreira (1991). History of Music, Lisboa, 1991.
- PALMEIRIM, Luís Augusto (1878). Mémoire sur le Conservatoire Royal de Lisbonne, Lisboa.
- PAHLEN, Kurt (1993). Nova História Universal da Música, Vol II e Vol III, 2.ª Edição, Melhoramentos. S. Paulo.
- TINHORÃO, José Ramos (1990). História Social da Música Popular Brasileira, Caminho, Lisboa.
- VASCONCELOS, Joaquim (1870). Os Músicos Portugueses, vol. 2 Imprensa Portuguesa, Lisboa.
- VITERBO, Francisco Sousa (1912). O Rei dos Charamelas e os Charamelas mores, Arte Musical, Lisboa.